EDUCAR PARA VALORES UNIVERSAIS: EM CASA E NA ESCOLA

Lourenço Xavier de Carvalho *

Introdução

Tem vindo a afirmar-se um lugar no discurso público, no qual os valores cívicos, os valores morais, a ética e a cidadania se revelam numa centralidade consensual para a sociedade portuguesa da actualidade.

Nesta linha de discussão pública, têm surgido confrontos de conceitos, ideias e projectos que merecem não só referência, como esclarecimento. Entre estas discussões surge a questão central – 'haverá uma crise de valores na sociedade portuguesa?', debatida em diversas instâncias, que até lugar teve, recentemente, em debate televisivo directo e no horário nobre de uma estação emissora portuguesa.

A resposta a esta pergunta, nada consensual e muito menos conclusiva, avizinha-se ser um eterno espaço de discórdia e divisão.

Eventualmente, esta insolubilidade não reside na diversidade de respostas à questão colocada, nem mesmo na força dos argumentos que cada parte defende com tanta veemência. Ela reside, tão simplesmente, na pergunta em si, e não nas respostas.

Em suma, a questão está mal colocada, perdoem-me os perguntadores. E a justificação desta posição encontra-se numa análise de conteúdo às respostas típicas àquela pergunta.

Se, paradigmaticamente apenas, dicotomizarmos as respostas, iremos verificar que de um lado encontramos um grupo que afirma que 'sim, há uma crise de valores', defendendo que as pessoas cada vez respeitam menos os seus semelhantes, que o abandono dos 'bons costumes' conduziu a nossa sociedade para um abismo moral, resultando numa crise juvenil consubstanciada nos consumos de droga, na gravidez adolescente, na criminalidade, etc..

Do outro lado, temos aqueles que afirmam que 'não, não há crise de valores', argumentando que, na realidade, o que alguém apelida de crise de valores é tão somente a emergência de novos valores, os valores da pós-modernidade, tão válidos como quaisquer outros valores até aqui assumidos como válidos.

---

* Sociólogo da Família. Investigador.

E depois, de forma a categorizarem-se mutuamente, os segundos apelidam os primeiros de 'conservadores ideológicos' e os primeiros apelidam os segundos (ou estes a si próprios?), de 'liberais neutros'.

E após horas a fio de discussão e de questionamento da validade dos argumentos por cada parte utilizados, ninguém questiona a validade da própria pergunta. Agora pergunto eu, como poderemos responder se há ou não uma crise de valores, se não definirmos em primeiro lugar – Que valores?

Sabendo nós, pelo contributo das ciências sociais e humanas, que, independentemente da hegemonia de algumas representações sociais, as sociedades contemporâneas são caracterizadas por uma pluralidade de valores, como poderemos debater a crise de valores se não isolarmos, no mínimo, as tipologias de valores que queremos discutir? Isto porque, de facto, a pós-modernidade caracteriza-se por uma convivência, mais ou menos pacífica, de uma grande diversidade de crenças, valores, atitudes e comportamentos perante a vida e o *outro*.

Assim, nesta complexidade de valores não se pode afirmar que 'os valores estão em crise' porque esta afirmação é facilmente refutada pela evidência dos valores que não estão de todo em crise e que até estão em pleno desenvolvimento e «prosperidade»!

Valores universais: critérios e consenso – resposta a uma crise de valores

Perante isto, e uma vez que não ambiciono debater a crise ou prosperidade de valores em tal forma abstracta e desorientada, venho aqui arriscar, baseado nas preocupações sociais evidentes na diversidade da investigação social disponível, que aquilo que queremos perguntar é: 'Haverá uma crise dos valores universalmente aceites como válidos para a conduta moral humana?'

Esta pergunta começa por circunscrever o seu objecto de discussão – os valores éticos que não são exclusivos dos tempos actuais, nem das sociedades ocidentais «civilizadas», nem mesmo propriedade de uma qualquer ideologia ou cultura. São aqueles valores que eram tão perseguidos pela antiguidade grega como são pelos portugueses de hoje e serão pelos nossos filhos e netos, aqueles que são tão válidos para o 'conservador' como para o 'liberal', para o político como para o religioso, para o Manuel da padaria como para o Sr. Professor Doutor cientista genético.

Estes valores têm sido adjectivados de formas variadas, consoante as tradições ou escolas dominantes em cada sociedade, ou até na fuga a «fantasmas» culturais que assombram algumas sociedades. São, portanto, chamados de valores éticos por uns, valores morais por outros, ou ainda valores cívicos. Eu chamo-lhes Valores Universais, pois transcendem as religiões, as culturas, as ideologias e a geografia.

De uma forma simples, podemos incluir aqui os valores como o **respeito** (por exemplo pela propriedade alheia), a **solicitude** (por exemplo esperada de um pai pelo seu filho), a **responsabilidade** (por exemplo de um funcionário no exercício da sua profissão), a **compaixão** (por exemplo pelos mais fracos ou desprotegidos), a **coerência** (entre o que se pensa e se faz), a **honestidade**, a **bondade**, entre muitos outros exemplos de valores que, quando incorporados, tornam-se virtudes de uma pessoa de carácter.

A característica central dos Valores Universais é que, transcendendo as fronteiras do religioso, ideológico e cultural, são confirmados pelo consenso alargado da população e das instituições. E este consenso tanto pode ser verificado pelo senso comum, como por instrumentos de auscultação científica.

De uma forma geral, aqueles são valores assumidos por todos enquanto bússolas da nossa consciência pessoal e social, orientando as nossas acções diárias, independentemente de serem mais ou menos explícitos nos nossos discursos em público.

Ainda antes de partir para o debate da Crise dos Valores Universais, há que dar ferramentas de definição do que é um Valor Universal, ou seja, há que pesar sobre os seus critérios [1].

Por um lado, a universalidade de alguns valores morais ou éticos é garantida pelos testes filosóficos que nos remetem para quatro questões:

— É reversível? Ou seja, avaliar as atitudes e comportamentos próprios pelo impacto que teriam se fossem dirigidos a nós. É o caso do respeito pela propriedade alheia.

— É generalizável? Seria benéfico para o bem comum se todos assumissem e aplicassem esse valor?

— Produz consequências positivas? Traria benefícios objectivos para o indivíduo e para a sociedade?

— É reforçado pela consciência? Trata-se de algo que soa correcto tanto à intuição como à razão?

Também uma análise comparativa de diferentes culturas, mesmo do ponto de vista antropológico, poderá validar a ética universal. Princípios que podemos encontrar no Confucionismo, no Cristianismo, no Hinduísmo, no Islamismo, como nos provérbios populares: heranças tão simples como «não faças aos outros aquilo que não gostarias que te fizessem a ti», confirmam uma ética universal, comum a todas as culturas e tradições.

---

[1] Recorrendo a contributos de Devine, Seuk e Wilson, *Cultivating Heart and Character* (New York: 2001).

Por outro lado, o próprio consenso democrático que precede a definição de visões e missões organizacionais demonstra a prossecução de valores e normativos comuns, que beneficiam a pessoa, a organização e o tecido social, sendo outra fonte ou critério de validade de uma moral universal.

Neutralidade de valores: uma breve visão sobre as recentes tendências na educação moral e ética

Facilmente confirmaremos que a maioria das instituições educativas tradicionais, e as mais marcantes na educação mundial, europeia e nacional, foram originalmente fundadas com objectivos mais alargados do que a simples transmissão de saberes e competências. É o caso da Universidade de Coimbra ou a de Harvard, inclusivamente, criadas com o cunho de organizações religiosas.

Foram instituições criadas para lançar as bases de uma cidadania sólida, baseada na transmissão do conhecimento, no ensino de padrões morais, responsabilidades sociais, em última análise, visando a preparação de bons cidadãos.

Contudo, em determinado momento, a educação operou um desvio nas suas estratégias básicas, promovendo novas missões para a educação, experimentando novas metodologias de aprendizagem e, de grande importância para a nossa conversa aqui, questionando a directividade valorativa da educação.

Este momento acima referido, variou segundo o contexto sócio-político das sociedades em causa, nomeadamente, as ocidentais que são aquelas com mais relevância para esta reflexão. O momento que nos Estados Unidos da América teve início nos anos 60, que se prolongou pelos anos 70 e deixou marcas visíveis ainda nos anos 80; eventualmente corresponderá ao momento vivido em Portugal no final dos anos 70, prolongando-se pelos anos 80 e deixando marcas ainda hoje muito identificáveis.

Sem espaço, nem paciência do leitor, para grandes dissecações histórico-educativas sobre a evolução da educação moral ocidental contemporânea, relembro apenas o início dos anos 60 nos EUA, contexto de uma forte contestação da moralidade tradicional e a (re)descoberta do individualismo e dos valores pessoais enquanto estruturantes da realização pessoal e social.

Sob grande influência e mediatização de perspectivas predominantemente da psicologia humanista, que sublinhava o individual em detrimento do social, bebendo da filosofia do Romantismo – originalmente proposta por Rousseau – onde as convenções sociais são artificiais e corruptoras, enfatizando os sentimentos pessoais e subjectivos em detrimento dos deveres e normas sociais; observa-se o surgimento de uma perspectiva de 'neutralidade' de valores morais e éticos.

Esta perspectiva da 'neutralidade de valores', decorrente do (i) impacto da psicologia humanista, aliada à consequente (ii) descredibilização da religião – que

ao contrário das tendências da época valoriza mais aquilo que está para além do próprio indivíduo – ao (iii) declínio da autoridade adulta – que representava para a juventude o rosto do tradicional, objecto de contestação; na crescente aceitação do (iv) pluralismo enquanto norma moral; e num contexto de grande (v) prosperidade económica: encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento hegemónico na sociedade americana com impactos decisivos em todo o mundo ocidental.

Após a introdução de Carl Rogers [2] dos princípios da terapia à educação, resultando numa reforma escolar, Simon e Raths [3] aplicam as ideias do primeiro à educação moral, estabelecendo o que ficou na história da educação por perspectiva de 'Clarificação de Valores' [4].

Baseado numa neutralidade absoluta do está certo ou errado, bom ou mau, o processo baseava-se na valorização dos sentimentos e «quereres» dos estudantes, sendo estes a individualmente fazerem as opções éticas da sua vida, onde o professor passa a mero facilitador ou moderador da discussão, ignorando os costumes e a moralidade tradicional, diminuindo, consequentemente, a autoridade dos pais.

Sendo, de facto, uma metodologia muito apelativa pois cria um ambiente muito 'democrático' na sala de aula e agradando ao estudante a relação professor-aluno isenta de autoridade ou directividade, é porém, uma metodologia com grandes limitações, ampla e consensualmente desautorizada hoje em dia, tanto em termos teóricos como na prática educativa. Entre outros, foram alguns dos seus fundadores aqueles que a desautorizaram após uma década de implementação, é o caso de Rogers, Maslow ou Coulson.

De seguida, e muito a dever a Lawrence Kohlberg, a perspectiva do 'Raciocínio Moral' ou *Moral Reasoning*, constitui um avanço na educação moral, pois apesar de sobrevalorizar a racionalidade negligenciando a emoção e vontade, afirma uma certa hierarquia de valores subjacentes na sua análise do desenvolvimento moral.

Contudo, há que reconhecer que, apesar da desautorização progressiva à intromissão da terapia na educação moral, a verdade é que entre os anos 60 e o final dos anos 80, a educação ocidental foi fortemente influenciada por estas perspectivas ditas 'neutrais', marcando, pelo menos, duas gerações de professores e educadores da nossa sociedade, que incorporaram pressupostos valorativos e normativos sobre a acção educativa, e também sobre a própria vivência em sociedade.

---

[2] Fundador da terapia centrada no paciente, não-directiva.

[3] Ver Howe Simon e Kirchenbaum, *Values Clarification: a handbook of pratical strategies for teachers and students* (New York: Hart, 1972) e Harmin Raths e Simon Howe, *Values and Teaching* (Columbus: Merril, 1966).

[4] Tradução de *Values Clarification.*

É precisamente neste contexto que ainda persevera hoje no nosso país, e não só, um ambiente que se diz 'moralmente neutro' e 'tolerante perante a diferença de opiniões', na convicção de que este pluralismo, o qual exclui valores universais, significa obrigatoriamente tolerância; de que falar de valores é falar de religião; e que assume a 'neutralidade de valores' enquanto norma. Estes são alguns dos equívocos da reflexão ética contemporânea, mas que não são mais do que um efeito de um processo complexo de evolução da educação ocidental dos últimos 50 anos.

Para concluir este capítulo, não farei melhor do que citar Kieran Egan quando diz:

> «to believe that you can educate in a value-free environment is to believe that you can love non-emotionally» [5].

Cultivar valores universais na família – o papel da cultura familiar

A instituição que se tem afirmado, transcendendo os tempos e os lugares na História, como a célula ou unidade básica da vivência humana é, sem dúvida, a família.

Muitas têm sido também as discussões sobre a legitimidade da afirmação da família enquanto a base das sociedades, ideia refutada por alguns como profundamente ideológica. Contudo, uma análise histórica, sociológica e antropológica, demonstra de facto, que a característica comum que encontraremos na esmagadora maioria das sociedades – desde as mais antigas às contemporâneas, das sociedades europeias às sociedades tribais africanas ou indígenas – é a organização dos indivíduos em estruturas familiares.

Como coloca Margaret Mead:

> «As far back as our knowledge takes us, human beings have lived in families. We know of no period where this was not so. We know of no people who have succeeded for long in dissolving the family or displacing it… Again and again, in spite of proposals for change and actual experiments, human societies have reaffirmed their dependence on the family as the basic unit of human living – the family of father, mother and children» [6].

Estas estruturas familiares, independentemente da sua diversidade, parecem estar fortemente ligadas a uma ordem natural da vida e do universo – o que fundamenta a sua universalidade – pois é a forma de as sociedades, com menor

---

[5] Kieran Egan, *Educational Development* (New York: Oxford University Press, 1979).

[6] Margaret Mead e Ken Heyman, *Family* (New York: Macmillan, 1965).

ou maior desenvolvimento científico, interpretarem e construírem as estruturas mais eficazes de sobrevivência e desenvolvimento. E neste raciocínio, a heterossexualidade e a parentalidade na complementaridade paternal e maternal, têm-se afirmado como as fórmulas que sobrevivem e estruturam as sociedades de todas as épocas.

Estas universalidade e imutabilidade estruturais da família estão, como referido, fortemente relacionadas com a sua característica mais fundamental – a família enquanto uma instituição natural. Ou seja, não é uma instituição resultante da cultura humana, mas sim uma instituição resultante dos princípios causais da vida. Daí que ela seja referida, nomeadamente pela socióloga Brigitte Berger, como «the culture-creating institution par excellence» [7].

Numa análise mais atenta e aprofundada do que aquela possível de fazer aqui, constataremos que existem princípios que governam tanto o comportamento humano como o comportamento animal, mineral, vegetal e molecular – é o caso, entre outros, da Dualidade (homem/mulher, macho/fêmea, estame/pistilo, pólo positivo/pólo negativo), da Interacção e dos Papéis Definidos para a criação e manutenção da vida, evolução e prosperidade. A família estende, portanto, estes princípios à vivência humana e social, segundo os quais é possível encontrar a estabilidade e a harmonia para a criação da vida, da cultura e da prosperidade pessoal e social.

Desta forma, a família contém em si um grande potencial para descobrir e transmitir estes e outros princípios universais da vida e do comportamento humano. Assim, ela é o espaço de excelência de transmissão dos valores que funcionam como mapas de representação desses princípios universais e imutáveis. Estes valores serão tanto mais eficazes quanto maior for o rigor de correspondência às leis que governam a vida, conduzindo a uma Ética Universal construída de valores universais.

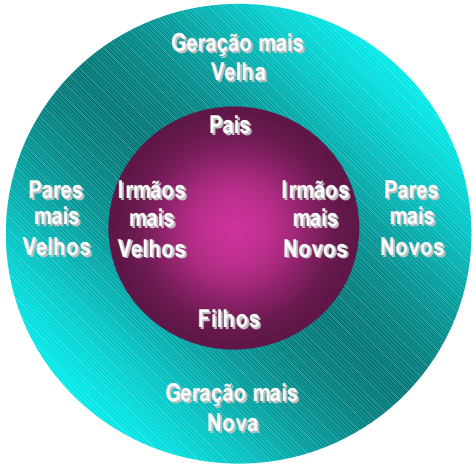
Este potencial da família reside no facto de que ela contém tipos de relacionamento que funcionam como um «campo de treinos» para os relacionamentos na sociedade. Estes tipos de relações familiares poderão ser caracterizados enquanto Esferas de Amor ou de Afectividades – as esferas do amor filial, fraternal, conjugal e parental.

Sem entrar em grandes detalhes sobre cada uma destas esferas de afectividades na família, é de referir para benefício do tema em exposição, que a primeira esfera, a do amor filial, é a fundação do desenvolvimento moral e ético e que se consubstância em condutas orientadas por valores universais, como é o respeito e a disciplina. Esta esfera de relacionamento na família tem correspondência directa no campo das relações sociais e humanas, nomeadamente, nos comportamentos entre as gerações mais novas e as gerações mais velhas.

---

[7] Brigite Berger, «The Social Roots of Prosperity and Liberty», *Society* (Março-Abril 1998).

A família enquanto «campo de treinos» das relações sociais



© IEF/Fundação ELOS XXI

Da mesma forma que a esfera do amor filial é desenvolvida em resposta à esfera do amor parental, a esfera do amor fraternal é mediada e harmonizada pela parentalidade, construindo as bases éticas para as relações «fraternais» na sociedade, nomeadamente, nos relacionamentos intra-geracionais, ou seja, entre pares.

Por sua vez, as afectividades da esfera fraternal lançam as bases para as competências pessoais e relacionais exigidas à futura conjugalidade. Esta esfera do amor conjugal constitui-se assim como o elemento vital e reprodutor das outras três esferas de afectividade na família, pois ela permite a parentalidade, que por sua vez condiciona a esfera filial e a fraternal, concluindo um circulo – não fechado – mas em espiral contínua que liga todo o tecido social : indivíduo//família/comunidade/nação/mundo.

Esta ética familiar aqui descrita, enquanto preparação para uma ética tanto pessoal como social – uma vez que equipa os indivíduos que fazem parte da família com competências e aptidões pessoais e de carácter, que lhes serão também solicitadas enquanto membros da comunidade, do seu país e do mundo – constrói-se pela transmissão de valores das gerações mais velhas para as mais novas. E estes valores, não sendo unicamente, são centralmente aqueles universais de uma ética global.

A forma como eles são transmitidos e a sua complementaridade com outros valores que caracterizam heranças familiares ou mesmo valores adquiridos numa geração que estruturam a identidade da família e dos seus membros, constituem a Cultura Familiar específica de cada família. E é na criação, manutenção e desen-

volvimento desta cultura familiar que encontramos o local por excelência de desenvolvimento pessoal, relacional e social.

Apesar de ancorada em valores universais, a cultura familiar pode ser tão distinta entre as famílias quanto a imaginação nos permita, pois estes valores podem ser transmitidos tanto numa cultura familiar predominantemente musical, como desportiva, como literária, um misto de cada, ou nada disto. Porque, por exemplo, encontramos o 'pretexto' para a disciplina no aprender a tocar piano, para o respeito na relação com o mar, para a honestidade num simples jogo de bola, para a compaixão e solidariedade na participação em actividades comunitárias, etc., etc.

É, portanto, na convivência familiar, nos seus rituais específicos que vão desde a partilha de refeições, aos passeios familiares, à criação de uma missão familiar conjunta, até às relações com a vizinhança, que a cultura familiar se vai construindo, alicerçando o carácter de todos os seus membros e, consequentemente, garantindo um contributo para a sociedade.

Cultivar valores universais na escola – o papel da cultura escolar

Um dos fenómenos mais discutidos no âmbito da educação e do ensino é o Insucesso Escolar. Sem entrar nesta porta que nos levaria a muitas páginas de conversa, cabe aqui apenas levantar a questão dos constrangimentos à escola na sua missão de bem educar – entenda-se 'bem educar' como educar tanto para carreira profissional como para a cidadania e para valores.

O primeiro ponto a colocar em discussão é relativo às orientações básicas da educação. Se a educação se destina a pessoas, e as pessoas não são somente «seres profissionais», mas também «seres emocionais, familiares e comunitários», então a educação tem de ter em conta a **totalidade da pessoa**, educando nas dimensões das competências técnicas como nas competências relacionais, nas aptidões profissionalizantes como nas aptidões cívicas, nos valores tecnológicos como nos valores morais (universais).

Por outro lado, se a escola é um espaço de vivência e transmissão de valores, sejam eles quais forem, então ela não está imune aos valores e culturas que atingem o espaço escolar diariamente, sobretudo vindos dos ambientes familiares dos seus alunos, mas também dos professores – os quais também têm desempenhos pessoais e familiares, porque também são pessoas «totais».

E não estando a escola imune à fortíssima influência da educação transmitida no seio familiar, coloca-se de forma incontornável à discussão sobre o insucesso escolar, um outro – o ***Insucesso Familiar.***

Como poderá a escola garantir a educação que se deseja, se, por um lado, ela é muitas vezes um depósito de crianças e jovens sem os alicerces morais que

só a família pode fornecer, cabendo depois aos professores lidarem com uma matéria-prima tão difícil ou mesmo impossível de trabalhar – alunos que não têm a estabilidade emocional, a desenvoltura intelectual e até o desenvolvimento moral que seria de esperar? E como poderá a escola responder aos desafios educativos actuais se, por outro lado, também a escola é constituída por um corpo docente com os mesmos desafios éticos e morais, tanto pessoais como familiares, que os pais dos seus alunos enfrentam em casa e muitas vezes são derrotados?

O Insucesso Escolar e o *Insucesso Familiar* são, portanto, elementos de um ciclo fechado, de causa/efeito, difícil de quebrar, mas que terá de sê-lo.

Se, por um lado, a família terá de cumprir com a sua parte, nos moldes referidos no capítulo anterior, então a escola também tem o seu papel neste caminho ao objectivo final e comum.

Em primeiro lugar, e na base de todo o processo, é imperativo que a escola não caia no engano da neutralidade de valores. Ou seja, esclareça-se de uma vez por todas que se a neutralidade de valores existe, então será no reino mineral, vegetal e, talvez no animal! Onde existe cultura e processos de socialização, é impossível adoptar uma perspectiva neutral em relação a valores. Poderão assimilar-se, voluntária ou involuntariamente um ou outro quadro de valores e normativos sociais, mas nunca a neutralidade.

Portanto, à escola caberá escolher qual ou quais os valores que assume como orientadores da sua acção educativa, constituindo o seu quadro de valores éticos de base, normas e comportamentos esperados. Este quadro de valores deverá emergir do consenso democrático de toda a escola, respeitando as especificidades culturais, étnicas e características diversas da comunidade onde se insere. Poderá ainda definir esta ética escolar através da idealização conjunta e democrática das atitudes e comportamentos desejados para a vivência no espaço escolar, o que, para além da sala de aula, inclui os recreios, as salas de convívio, as cantinas, etc.., pois todos são espaços de construção ética.

Este consenso democrático implica a participação de todos – dirigentes, professores mais antigos e professores estagiários, alunos de todas as idades, auxiliares e outros funcionários, mas também os pais ou encarregados de educação e mesmo representantes de instituições públicas locais.

O que isto significa então, é que a **Escola** deverá definir-se **enquanto Comunidade Moral**, desenhando a sua Visão e a sua Missão, tal como qualquer outra instituição ou organização humana.

Em segundo lugar, a escola deve acompanhar e ser acompanhada pelas famílias dos seus educandos. Aprendendo com os erros do passado, a escola poderá ajudar a própria família a educar bem, se não vejamos: a postura adoptada pelos professores com base na tese da «Clarificação de Valores» supra referida, condicionou as atitudes dos jovens em relação aos seus pais, desautorizando-os ao diminuir o papel das gerações mais velhas e dos valores ditos tradicionais.

Desta forma, e uma vez que o quadro de valores da escola advém de uma co-participação e uma co-responsabilidade entre a escola, a família e a comunidade, então a escola tem os instrumentos para apoiar os pais no seu papel de professores morais primordiais. Por outro lado, a escola pode, tal como o faz na generalidade, encetar comunicação regular com os pais, convidando-os a participar na vida da escola, assim como reportando evoluções dos seus alunos aos respectivos encarregados de educação – o que não significa telefonar apenas quando há problemas de aprendizagem ou de comportamento, mas também valorizar os relatórios de evoluções positivas dos alunos.

A escola pode ser, ainda na sua relação com a família, um dos principais dinamizadores de acções de formação parental, cedendo as suas instalações, utilizando os seus contactos académicos e comunitários para convidar conferencistas, no fundo, afirmando-se como um pivot do processo. Tal como faz todo o sentido que seja o elo de ligação com a comunidade, planeando actividades entre alunos, famílias e comunidade, onde acções de desporto, serviço e convívio são algumas das muitas hipóteses.

Perante uma multiplicidade de possibilidades práticas de apoio à família, não só na planificação da visão, missão e plano da escola enquanto comunidade moral, sobretudo as fases de implementação desse plano deverão fazer os pais participar, através do seu trabalho voluntário.

Em terceiro lugar, a própria vida interna da escola, nos seus diversos espaços de aprendizagem, deve ser um pretexto constante de educação para valores, ética e cidadania.

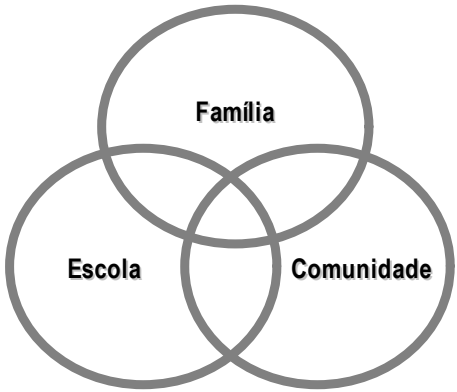
De entre os vários elementos, temos o professor, que precisando de readquirir o seu papel estruturante do carácter e da moralidade dos jovens, tem ao seu dispor alguns instrumentos de transmissão de valores ao longo da sua acção quotidiana.

Por um lado, ele deverá afirmar-se e ser afirmado por terceiros, nomeadamente na família, enquanto uma figura parental. Isto significa que, para além de professor, ele deve assumir a sua responsabilidade enquanto exemplo moral e enquanto mentor, tal como são os pais, comprometido com um quadro de valores, sendo uma autoridade moral, respeitando e amando os alunos como seus filhos.

Por outro lado, está ao alcance dos professores referir temas éticos ou morais ao longo do currículo oficial, na literatura, na filosofia, mas também nas ciências naturais. Também são inúmeras as oportunidades de orientar a reflexão moral dos alunos, mostrando-lhes as vantagens e desvantagens das opções possíveis, treinando-os assim nos processos de decisão moral.

Como se poderá constatar por esta breve referência aos instrumentos disponíveis na escola para a construção de uma ética escolar, a definição e a incorporação da cultura escolar é a base para uma acção consistente de educação para valores, onde o sucesso reside na correcta gestão do triângulo – Família, Escola e Comunidade.

Parceria na educação para valores



© IEF/Fundação ELOS XXI

Conclusão

Perante esta reflexão, a resposta à questão colocada inicialmente parece ser que, de facto, há uma crise de valores, mas daqueles universalmente aceites como imutavelmente válidos na grande diversidade das culturas, tradições e épocas humanas.

Vivemos tempos em que as tendências das últimas cinco décadas do pensamento moral, descritas neste texto, levaram a uma fase de questionamento de todas as heranças tradicionais, a processos experimentais de educação moral e cívica, que comprovam um desvio desses valores universais, e os seus efeitos são visíveis nos níveis de «infelicidade» pessoal e social, mesuráveis na grande diversidade de indicadores disponíveis e do conhecimento de todos.

Contudo, não menos óbvia é a exigência, por um lado, dos professores que se recusam a educar num ambiente normativamente indefinido e sem condições mínimas para o fazer; dos pais que sentem o seu bem mais precioso, os filhos, a escapar-lhes «das mãos» por falta de alicerces morais e por impotência na luta desleal contra as superiores influências dos media e dos grupos de amigos; assim como os empregadores, que acima de técnicos, precisam de pessoas de carácter, que tenham tido um percurso de assimilação e integração de uma ética pessoal e social que possam colocar ao serviço dos seus projectos profissionais.

Há uma crise dos valores universais sem dúvida mas, neste momento que vivemos, há também um crescente reconhecimento da sua utilidade e imprescindibilidade absoluta, que baseado na observação e experiência de um passado recente moralmente errante, alimenta a coragem para a restauração dos princípios que nos fazem melhores pais, melhores filhos, irmãos, colegas, patrões e cidadãos.